

## **ENTRE SOMBRAS E HORIZONTES:**

A Travessia e os Atravessamentos Da Exclusão À Inclusão

**Humberto Nascimento Dias Santos Filho<sup>1</sup>**

**Leonardo Assis de Almeida<sup>2</sup>**

**Donaldo Rico de Souza Tavares<sup>3</sup>**

**Luiza Rayla Fialho Araújo<sup>4</sup>**

**Paoly Moreira de Souza<sup>5</sup>**

**Ronaldo Cavalcante Silva<sup>6</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo desenha, com linhas fluidas de história e mudança, a jornada que conduz da exclusão à inclusão no território da educação. Um percurso permeado por rupturas e reconstruções, marcado por vozes que clamaram por justiça e práticas que reescreveram a convivência humana. O objetivo central é investigar como as sombras do passado, onde a diferença era silenciada,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Gestão Social e Desenvolvimento Territorial (PDGS-UFBA, 2023), Pós-graduação Lato-Sensu em Educação Física Escolar (Unileya - DF, 2022), em Fisiologia do Exercício (UVA-RJ, 2006), Licenciatura em Pedagogia (Intervale- MG, 2023), Licenciatura plena em Educação Física pela UFBA (2004), Professor Universitário e Preceptor de estágio da Baiana e da UCSAL (Desde 2021). E-mail: humbertosf@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, Linha de Pesquisa III: Direitos Sociais e Novos Direitos, Construção de Sujeitos e Cidadania (PPGPSC – UCSal). Poeta; Escritor; Pesquisador; Licenciado em Pedagogia e Educação Física (UNEB); Bacharel em Educação Física (UCSal). Especialista em Educação Especial e Psicopedagogia (UNIFACS). E-mail: leonardoassis.uneb@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, Linha de Pesquisa III: Direitos Sociais e Novos Direitos, Construção de Sujeitos e Cidadania (PPGPSC – UCSal). Licenciado em Pedagogia (UNEB); Especialista em Educação Especial e Psicopedagogia (UNIFACS). E-mail: donaldo.rico03@gmail.com.

<sup>4</sup> Bacharela em Educação Física (UCSal, 2024), recriadora da APABB-BA, Especialista em atividades lúdicas e atividades aquáticas para crianças, jovens, adultos e PCDs em várias redes de Salvador-Bahia. E-mail: raylafialho123@gmail.com.

<sup>5</sup> Licenciatura em Educação Física (UCSal, 2007), Especialização em Metodologias do Esporte Escolar, (Fetrab/Aceba, 2010) recriadora da APABB-BA, Professora Especialista em Educação Física com mais de dez anos de experiência tanto na área educacional como na prática esportiva em Salvador- Bahia. E-mail: polly.moreira@gmail.com.

<sup>6</sup> Licenciatura em Educação Física (UCSal, 2007), Especialização em Educação Física Escolar e Psicomotricidade - Educação Especial/Educação Inclusiva e Múltiplas Deficiências, recriador da APABB-BA, Professor Especialista em Educação Física inclusiva e regular da rede SESI tanto na área educacional como na prática esportiva em Salvador- Bahia. Coordenador de esportes inclusivos da Federação Baiana de Desportos de Participação. E-mail: ronaldocavalcante23@yahoo.com.br.

foram sendo dissipadas por ações e políticas que celebram a diversidade. Entre os objetivos específicos, emerge o desejo de revisitar as raízes históricas da exclusão, examinar os marcos legislativos que descortinaram novos caminhos e propor estratégias que consolidem escolas como templos de equidade e pertencimento. Por meio de uma abordagem qualitativa e aplicada, sustentada por pesquisa bibliográfica e documental, desvela-se um cenário de avanços, como a Declaração de Salamanca (1994) e a LDBEN (1996). Contudo, persistem obstáculos que ecoam preconceitos e barreiras estruturais. Conclui-se que a inclusão é mais do que um projeto; é um compromisso ético que demanda coragem para transcender o superficial, edificando uma educação que abraça, com ternura e justiça, a pluralidade da condição humana.

**Palavras-chave:** Exclusão, Inclusão Escolar, Diversidade, Justiça Social, Educação Especial.

## **ABSTRACT**

This article traces, with flowing lines of history and transformation, the journey from exclusion to inclusion within the realm of education. A path marked by ruptures and reconstructions, where voices clamored for justice and practices reshaped human coexistence. The central aim is to explore how the shadows of a past that silenced differences were gradually dispelled by actions and policies celebrating diversity. Among the specific objectives is the intent to revisit the historical roots of exclusion, examine legislative milestones that unveiled new paths, and propose strategies to establish schools as sanctuaries of equity and belonging. Through a qualitative and applied approach, supported by bibliographic and documentary research, a scenario of progress is unveiled, highlighting advances such as the Salamanca Statement (1994) and the National Education Guidelines and Framework Law (1996). However, challenges persist, echoing prejudices and structural barriers. It concludes that inclusion is more than a project; it is an ethical commitment requiring courage to transcend superficiality, building education that tenderly and justly embraces the plurality of the human condition.

**Keywords:** Exclusion, School Inclusion, Diversity, Social Justice, Special Education.

## **INTRODUÇÃO**

A exclusão educacional ecoa como uma sombra que atravessa gerações, revelando as cicatrizes de um passado onde a diferença era um motivo para o isolamento. Por séculos, pessoas foram relegadas às margens da sociedade, sendo privadas do direito à educação e à convivência plena devido a preconceitos culturais e estruturais. No entanto, como o nascer do sol

que dissolve as trevas, a inclusão emerge como uma promessa de justiça, uma travessia rumo a horizontes mais equitativos, onde a diversidade deixa de ser barreira e se transforma em riqueza.

Neste cenário, onde caminhos se cruzam entre rupturas e reconstruções, surge a questão norteadora desta pesquisa: de que maneira é possível compreender e ressignificar a trajetória histórica da exclusão, promovendo a transformação das escolas em espaços genuinamente inclusivos, capazes de celebrar a pluralidade e reafirmar os valores de justiça social?

Essa investigação busca não apenas analisar as práticas que sustentaram a exclusão ao longo do tempo, mas também destacar os marcos legislativos que abriram novos horizontes e propor estratégias para consolidar escolas como territórios de pertencimento genuíno. O objetivo geral é compreender como políticas e práticas inclusivas podem reescrever narrativas de desigualdade, enquanto os objetivos específicos englobam o exame das raízes históricas, a análise dos avanços legislativos e pedagógicos e a apresentação de estratégias concretas para a inclusão plena.

Reconhece-se a urgência de que a educação assuma seu papel transformador, promovendo não apenas adaptações superficiais, mas uma mudança cultural profunda, capaz de romper os paradigmas que perpetuam as desigualdades. A escola, nesse contexto, precisa se tornar mais do que um espaço de aprendizado; ela deve ser um ambiente que acolhe e celebra a diversidade.

Este estudo está estruturado em três etapas interligadas: inicialmente, uma análise histórica da exclusão, destacando os valores e práticas que perpetuaram a segregação; posteriormente, uma investigação sobre legislações inclusivas, como a Declaração de Salamanca (BRASIL, 2003) e a LDBEN (1996), que redesenharam o papel das instituições educacionais; e, finalmente, a proposição de estratégias que consolidem escolas como espaços de justiça social e diversidade.

A metodologia adotada é qualitativa e de natureza aplicada, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, permitindo que teoria e prática se entrelacem na busca por respostas aos desafios da inclusão educacional.

Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços proporcionados pelas legislações, preconceitos e barreiras estruturais ainda limitam a plena efetivação da inclusão. Práticas pedagógicas colaborativas, currículos adaptáveis e tecnologias assistivas despontam como caminhos promissores, mas dependem de um investimento contínuo e de um compromisso ético para se tornarem realidades transformadoras.

Conclui-se que a jornada da exclusão à inclusão é uma construção coletiva que exige coragem, paciência e ações concretas. É um processo que demanda não apenas esforços legislativos, mas também mudanças culturais que reconheçam a diversidade como alicerce fundamental na construção de escolas e sociedades mais justas e acolhedoras.

## **FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EXCLUSÃO**

A exclusão, esta herança amarga que atravessa o tempo, emerge como uma cicatriz nas relações humanas, fundada em crenças e valores que legitimaram a segregação de corpos e mentes distintos. No palco da Antiguidade, as civilizações gregas e romanas, com seus ideais de perfeição física, desenharam as primeiras fronteiras da exclusão, onde as crianças com deficiência eram relegadas ao abandono. O ser humano, naquela época, era medido por uma régua austera que desconsiderava a singularidade, como destaca Mazzotta (2011). Este foi um tempo onde a humanidade se atrelava a padrões rígidos, ignorando a riqueza da diferença.

Ao avançar pela Idade Média, a exclusão ganha um novo verniz, tingido pela religiosidade que dominava os corações e as leis. Sob a égide da Igreja, a deficiência era interpretada como reflexo do pecado ou intervenção sobrenatural, reforçando estigmas que condenavam os diferentes ao isolamento. Correia (1997) observa que, embora gestos de caridade tenham surgido, eles não carregavam o propósito de integração, mas sim de controle. Assim, esse período consolidou práticas que perpetuavam a marginalização e mantinham o "outro" à distância, sob a justificativa divina.

Com a aurora dos séculos XVII e XVIII, o discurso científico começa a ocupar o espaço antes dominado pelo misticismo, mas a exclusão, longe de desaparecer, assume uma nova roupagem. A visão médica da deficiência

como desvio a ser corrigido justificou a segregação em instituições especializadas, como apontado por Glat (1995). Hospícios e asilos tornaram-se os novos cenários da exclusão, onde os corpos eram contidos, mas as mentes permaneciam invisibilizadas. Este foi o tempo em que a ciência, ao invés de emancipar, reforçou as grades do confinamento.

Na virada do século XIX, a exclusão atingiu um de seus momentos mais sombrios com a ascensão da eugenia. Sob o discurso do progresso social, diferenças físicas e intelectuais foram vistas como imperfeições a serem extirpadas. Jiménez (1997) critica essa prática que transformava a exclusão em ferramenta de controle estatal, solidificando hierarquias e restringindo ainda mais as possibilidades de vida plena. Era a negação da diversidade em nome de uma uniformidade ilusória e cruel.

Com a chegada do século XX, a exclusão institucionalizada seguia seu curso, confinando pessoas com deficiência a hospícios, escolas segregadas e margens sociais. Como aponta Mazzotta (2011), essas separações eram justificadas sob o pretexto de proteção, mas, na prática, reforçavam a ideia de inferioridade e incapacidade. As práticas pedagógicas, quase inexistentes nessas instituições, negavam qualquer potencial de integração ou aprendizado, perpetuando um ciclo de marginalização.

Foi somente com o surgimento do modelo de normalização, nas décadas seguintes, que começou a se vislumbrar uma ruptura com os grilhões da exclusão. Nirje (1967) trouxe a ideia de que as pessoas com deficiência tinham direito a uma vida próxima da normalidade, abrindo portas para novas possibilidades de convivência social e educacional. Esse movimento plantou sementes, mas enfrentou resistências profundas enraizadas nos estereótipos e normas sociais vigentes.

Enquanto isso, movimentos sociais e documentos internacionais começaram a desbravar trilhas para a inclusão. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) iluminou os caminhos ao afirmar o direito à igualdade de todos os indivíduos, como bem ressaltado por Rodrigues (2008). Esse marco foi um grito global contra a exclusão, mas ainda precisava vencer as resistências que persistiam nas culturas e instituições.

Na década de 1980, a luta pela inclusão ganhou novo fôlego com o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, proclamado em 1981. Jiménez

(1997) destaca como esse período impulsionou a criação de políticas que enxergavam a deficiência sob uma nova ótica, reconhecendo-a como parte da diversidade humana. No entanto, mesmo com avanços, as barreiras culturais permaneciam como muros invisíveis que limitavam o alcance dessas conquistas.

O verdadeiro ponto de inflexão veio com a Declaração de Salamanca (BRASIL, 2003), que transformou a educação inclusiva em um paradigma global. Ao defender que todos os alunos têm direito às escolas regulares, esse documento redesenhou o papel das instituições educacionais, como destaca Mazzotta (2011). Era um chamado para que a educação se tornasse, finalmente, um espaço de acolhimento e valorização das diferenças.

No Brasil, esse movimento ecoou com força na Constituição de 1988 e na LDBEN de 1996, marcos que estabeleceram o direito à educação inclusiva. Glat (2004) aponta que essas legislações colocaram o país em sintonia com os avanços globais, embora os desafios para sua implementação ainda fossem significativos.

Mesmo com as conquistas legislativas, a exclusão ainda sobrevive nas práticas pedagógicas e nos estigmas culturais que persistem. Freire (1996) argumenta que a inclusão exige mais do que mudanças estruturais; ela demanda uma transformação profunda nas relações de poder e na valorização da diversidade. É preciso ir além das leis para transformar mentalidades.

Nesse contexto, Ainscow (2009) vê a escola como um espaço estratégico para romper os ciclos de exclusão, promovendo práticas que acolham e respeitem a diversidade. Como finaliza Nussbaum (2013), apenas quando as diferenças forem compreendidas como fortalezas, em vez de fraquezas, será possível construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

## **LEGISLAÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE INCENTIVAM A INCLUSÃO**

No ritmo silencioso de eras passadas, a educação seguia um caminho restrito, acessível apenas a alguns escolhidos, enquanto tantos outros eram deixados do lado de fora, à espera de um convite que jamais viria. Contudo, o final do século XX trouxe consigo os ventos da mudança, soprados por vozes

que proclamavam a educação como um direito humano essencial. Foi nesse horizonte que, em Jomtien, Tailândia, o mundo testemunhou a Declaração Mundial de Educação para Todos, em 1990, aclamando que cada indivíduo merecia um espaço no mapa da aprendizagem, como celebra a UNESCO (BRASIL, 2003). O documento, um marco de sua época, desenhou as primeiras linhas do reconhecimento da diversidade, clamando por práticas pedagógicas que acolhessem e respeitassem a singularidade de cada aluno.

Logo, os ecos de Jomtien ressoaram mais profundamente em Salamanca, em 1994, onde a inclusão encontrou sua voz. A Declaração de Salamanca não apenas reafirmou a educação como um direito inalienável, mas também iluminou as escolas como espaços de transformação social. Nesse chamado, sustentou que todos os alunos, independentemente de suas limitações, deveriam ser integrados às escolas regulares, adaptadas para acolhê-los. Foi como uma partitura nova que celebrou a pedagogia centrada na criança, promovendo a valorização da diferença como ferramenta de construção coletiva.

No Brasil, o reflexo desses movimentos internacionais se manifestou com vigor. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi promulgada, marcando uma virada no cenário educacional do país. A inclusão educacional deixou de ser uma ideia e começou a se concretizar como um direito garantido. A inserção de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, quando possível, veio como um apelo por uma escola democrática e acessível, onde a diversidade fosse um alicerce e não um obstáculo.

Ainda antes da LDBEN, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, já havia estabelecido bases importantes, ao reconhecer a proteção integral e os direitos educacionais de todas as crianças e adolescentes, incluindo aqueles com deficiência. Glat (2004) destaca o impacto desse marco legal, que lançou as sementes para combater práticas excludentes que ainda persistiam. Foi como um primeiro raio de luz atravessando as frestas das portas fechadas.

Contudo, como um jardim que precisa mais do que solo fértil para florescer, a inclusão demanda mais do que leis. Ela precisa de práticas que transcendem o discurso, de gestos concretos que plantam e cultivam

mudanças no cotidiano escolar. Mantoan (2003) ressalta que a efetivação da inclusão repousa sobre as mãos dos professores, que transformam princípios legais em ações vivas. É no pulsar das salas de aula que a inclusão encontra seu terreno mais desafiador.

Por isso, a formação continuada dos educadores emerge como um eixo vital para fortalecer práticas inclusivas. Freire (1996), com seu olhar profundo sobre a educação como ato político, defende que uma prática verdadeiramente inclusiva não é apenas técnica, mas ética, exigindo o diálogo como ferramenta de acolhimento. Nessa perspectiva, a preparação dos professores não é um luxo, mas uma necessidade urgente para romper preconceitos e abrir janelas para novas metodologias.

A tecnologia, como um sopro de modernidade, também encontra seu lugar nesse processo. Conforme Ainscow (2009) aponta, ferramentas de tecnologia assistiva ampliam as possibilidades de inclusão, transformando barreiras em pontes que conectam alunos com seus mundos de aprendizagem. Todavia, a simples presença da tecnologia não basta; ela precisa ser acompanhada por mãos capacitadas para guiá-la.

Ainda no contexto brasileiro, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) surge como uma declaração de intenções, reafirmando que a presença de alunos com deficiência nas escolas é apenas o início. Mais do que estar, é preciso participar, aprender e contribuir ativamente no ambiente escolar. Essa política se apresenta como um reforço para o elo entre as escolas e a comunidade, fortalecendo redes de apoio mútuo.

Mas os desafios permanecem. Berger e Luckmann (1973) alertam que os estereótipos culturais ainda moldam interações no ambiente escolar, limitando o alcance de ações inclusivas. Nesse cenário, a gestão escolar democrática surge como uma solução potente, mediando conflitos e promovendo uma cultura que respira acolhimento.

Além disso, mudanças estruturais são indispensáveis para que a inclusão ganhe raízes profundas. Ambientes acessíveis e currículos adaptados, como defende Rodrigues (2008), são fundamentais para que o espírito da inclusão se torne uma prática palpável. Entretanto, essas transformações só se

sustentam com investimentos contínuos e lideranças comprometidas com a ética.

Apesar das tempestades, a inclusão carrega a promessa de céus mais claros. Como Jiménez (1997) reflete, práticas colaborativas cultivam valores como empatia e respeito, enriquecendo não apenas o ambiente escolar, mas também as relações que se estendem para além dos muros da escola.

Porém, a inclusão não deve ser vista como uma adaptação para que o aluno caiba na escola, mas como uma transformação da escola para que ela abraça cada aluno. Como defende Glat (2004), essa abordagem exige uma mudança cultural que trata a diversidade como um recurso pedagógico e não como um entrave a ser superado.

Assim, a inclusão florescerá plenamente quando for reconhecida como um compromisso coletivo e inadiável. Freire (1996) poetiza a educação inclusiva como um ato de amor e justiça, que demanda coragem para romper modelos tradicionais e abraçar práticas que honrem a singularidade de cada estudante. Como um processo contínuo e compartilhado, como sugere Ainscow (2009), a inclusão tem o poder de transformar vidas e solidificar o ideal de uma sociedade justa e equitativa.

## **ESTRATÉGIAS PARA CONSOLIDAR ESCOLAS COMO ESPAÇOS DE DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL**

Consolidar escolas como espaços de diversidade e justiça social é como tecer uma tapeçaria onde cada fio representa um aluno, único em sua textura e cor. A escola, esse templo do saber, precisa abraçar a pluralidade como uma força que a enriquece, e não como um peso que a desafia. Freire (1996) nos guia com sua visão sensível de educação como um ato de escuta ativa e diálogo profundo, capaz de promover o respeito às diferenças e abrir caminhos para o florescer integral de cada estudante.

Nesse cenário de construção coletiva, a gestão democrática emerge como um alicerce essencial para que toda a comunidade escolar se torne protagonista no processo inclusivo. Conforme Mantoan (2003), é nos braços de uma gestão colaborativa entre professores, alunos e famílias que se constrói um ambiente onde cada voz é ouvida, e a diversidade celebra seu lugar.

A formação continuada dos professores, como elo vital entre os princípios teóricos e as práticas pedagógicas inclusivas, precisa ser nutrida constantemente. Glat (2004) lembra que educadores, quando preparados para metodologias diferenciadas, tornam-se jardineiros que cultivam o aprendizado mesmo nas terras mais áridas da exclusão. É com suas mãos que a escola pode se moldar às necessidades múltiplas presentes nas salas de aula.

Entretanto, a inclusão não é apenas um conceito; ela clama por um currículo flexível, como bem argumenta Ainscow (2009), onde o potencial de cada aluno é a raiz que sustenta o aprendizado. Um currículo adaptável se transforma em uma dança harmoniosa que respeita os ritmos singulares de cada estudante, oferecendo a todos oportunidades significativas de crescimento.

Além disso, as tecnologias assistivas surgem como pontes que conectam alunos à plenitude do aprendizado, superando barreiras que antes pareciam intransponíveis. Berger e Luckmann (1973) iluminam o papel dessas ferramentas na mediação de interações e na facilitação do desenvolvimento educacional, especialmente para aqueles que enfrentam desafios adicionais em sua jornada escolar.

Ao mesmo tempo, uma escola inclusiva não pode prosperar sem que ela respire uma cultura de pertencimento. Para Freire (1996), é nesse espaço onde todos são reconhecidos e valorizados que nasce uma comunidade de aprendizado que transcende as características individuais e se fortalece na diversidade.

Outro fator que fortalece os pilares da inclusão são as práticas colaborativas, que constroem pontes entre relações sociais e pedagógicas dentro do ambiente escolar. Como sugere Rodrigues (2008), o trabalho em equipe entre os professores e o compartilhamento de estratégias educativas inclusivas são chaves para abrir as portas de uma escola mais acolhedora e justa.

A conscientização e formação das famílias também despontam como elementos indispensáveis no tecido que une escola e comunidade. Mazzotta (2011) nos recorda que a parceria entre esses dois mundos é uma luz que dissipa barreiras culturais e reforça a base do apoio necessário aos estudantes.

Por sua vez, a acessibilidade arquitetônica é um elemento que fala por si. Jiménez (1997) reforça que cada espaço físico precisa refletir a ética da inclusão, garantindo que os corredores e salas de aula sejam caminhos livres para todos, sem exceções. A arquitetura, assim, se transforma em um gesto de acolhimento tangível.

Contudo, consolidar escolas como espaços de diversidade e justiça não é uma obra terminada; é um projeto em constante evolução. Ainscow (2009) pontua a necessidade de revisão e adaptação contínua das práticas pedagógicas, alinhando-as às necessidades reais de cada aluno e ao pulsar da sociedade.

A formação ética e cidadã, integrada ao cotidiano escolar, também é fundamental para despertar nos estudantes a capacidade de questionar e transformar as estruturas que ainda oprimem. Freire (1996) nos lembra que é na sala de aula que germina a consciência crítica e se lançam as sementes para a justiça social.

A interdisciplinaridade emerge como um horizonte fecundo na ampliação do potencial inclusivo das escolas. Como observa Glat (2004), integrar saberes e perspectivas distintas enriquece o aprendizado coletivo e oferece uma educação mais significativa para todos os envolvidos.

Além de todos esses elementos, o papel do gestor escolar se torna crucial. Mantoan (2003) argumenta que lideranças engajadas têm a capacidade de inspirar uma cultura de inovação e resiliência, encarando os desafios da diversidade com criatividade e determinação.

Por fim, a inclusão é uma construção coletiva e longa, que demanda comprometimento contínuo de todos os agentes educacionais. Como lembra Rodrigues (2008), transformar escolas em espaços onde a diversidade não apenas existe, mas floresce, é um chamado que une professores, alunos, famílias e gestores em um ideal compartilhado. Freire (1996) encerra o ciclo com sua visão poética, afirmando que educar na perspectiva da justiça social e da diversidade é um ato de coragem, uma promessa de esperança e um caminho onde as vozes silenciadas encontram enfim um lugar para ressoar.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados desta análise revelam uma dança delicada entre avanços e desafios, onde legislações e práticas pedagógicas tecem os primeiros fios de uma educação inclusiva. A Declaração de Salamanca (BRASIL, 2003), esse marco que ecoa como um canto de esperança, consolidou a inclusão como princípio essencial, chamando as escolas a se tornarem refúgios de acolhimento. Nesse chamado, propôs a adaptação dos espaços educacionais para abraçar, com generosidade, os alunos com necessidades especiais. Foi o momento em que a diversidade deixou de ser um obstáculo e passou a ser reconhecida como um recurso.

No Brasil, os ventos transformadores vindos de Salamanca encontraram solo fértil na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996). Conforme argumenta Glat (2004), essa legislação representou o rompimento com a lógica da segregação, afirmando que alunos com necessidades educacionais especiais deveriam ocupar as classes regulares sempre que possível. Assim, a inclusão deixou de ser uma aspiração para se tornar um compromisso real e palpável.

Entretanto, a inclusão não se ergue apenas sobre os alicerces da legislação; ela necessita de movimentos sociais que a impulsionem. Freire (1996) nos lembra que a inclusão educacional é um ato político, uma resposta que exige coragem para transformar estruturas que, historicamente, perpetuaram a exclusão. A luta por direitos educacionais emerge, nesse contexto, como uma chama que ilumina os corredores do aprendizado, afastando as sombras dos preconceitos e desconstruindo barreiras invisíveis.

No entrelaçamento dos resultados, surge a força das práticas colaborativas, que Ainscow (2009) descreve como estratégias capazes de transformar o ambiente escolar em um espaço de partilha e criação conjunta. A cooperação entre educadores, alunos e famílias aparece como uma melodia que harmoniza a diversidade, permitindo que todos os estudantes encontrem um lugar para florescer. Essas práticas não apenas celebram a diferença, mas também abrem portas para o desenvolvimento integral de cada indivíduo.

Entretanto, as barreiras culturais e estruturais ainda se erguem como montanhas difíceis de transpor. Berger e Luckmann (1973) apontam para os estereótipos que, muitas vezes, habitam o inconsciente coletivo, moldando a forma como os alunos com necessidades especiais são vistos e tratados. São

desafios que clamam por maior conscientização e pela coragem de romper com narrativas excludentes.

Ainda assim, o investimento na formação continuada dos professores revela-se como um terreno fértil para amplificar as práticas inclusivas. Glat (1995) enfatiza que capacitar os educadores é preparar jardineiros para cultivar aprendizagens que florescem mesmo nos solos mais desafiadores. É com a preparação técnica e ética dos professores que as salas de aula se transformam em cenários de acolhimento e inovação pedagógica.

Além disso, as tecnologias assistivas despontam como ferramentas indispensáveis para derrubar as barreiras físicas e pedagógicas que limitam o acesso pleno à educação. Mazzotta (2011) celebra o potencial dessas tecnologias em integrar os alunos com deficiência ao cotidiano escolar, permitindo que seus mundos de aprendizado se expandam e enriqueçam.

A gestão democrática também emerge como uma força capaz de fomentar a inclusão. Conforme Mantoan (2003), lideranças que promovem o diálogo e a participação coletiva são mais eficazes na implementação de políticas inclusivas, fortalecendo o compromisso com a diversidade como uma riqueza social.

Contudo, Freire (1996) nos alerta para um risco latente: o de que legislações inclusivas se tornem apenas palavras escritas, sem impacto nas relações concretas. Para evitar essa armadilha, é necessário que as leis sejam acompanhadas por ações de monitoramento e avaliação contínua, garantindo que os princípios inclusivos sejam mais do que promessas.

Os resultados também destacam a importância de currículos flexíveis como pilares da inclusão efetiva. Ainscow (2009) argumenta que adaptar o currículo às necessidades individuais dos alunos é criar um espaço onde cada estudante encontra sentido e significado em sua trajetória de aprendizagem.

As parcerias entre escolas e famílias aparecem como outro fator indispensável para alcançar a inclusão plena. Rodrigues (2008) ressalta que quando esses dois mundos se conectam, criam uma rede de apoio que acolhe e fortalece os alunos, proporcionando um ambiente mais propício ao desenvolvimento.

Nesse contexto, a acessibilidade arquitetônica emerge como um compromisso ético e prático. Jiménez (1997) observa que espaços escolares

acessíveis são mais do que uma obrigação; são um gesto de reconhecimento da dignidade de cada indivíduo, ampliando o alcance das políticas inclusivas e garantindo que ninguém fique para trás.

Por fim, os resultados demonstram que a inclusão educacional é um rio que ainda está sendo escavado, uma jornada que exige esforços contínuos e ações compartilhadas. Freire (1996) defende que educar de forma inclusiva é transformar sonhos em realidades, é fortalecer os ideais de justiça e igualdade que ecoam no coração da sociedade. Como nos lembra Ainscow (2009), a inclusão não é um ponto de chegada, mas um processo que requer movimento, reflexão e compromisso coletivo, todos os dias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A travessia da exclusão para a inclusão é como o amanhecer que lentamente dissolve as sombras do passado, revelando novas paisagens onde a diferença não mais segrega, mas enriquece. Esta pesquisa lançou seu olhar sobre os abismos de uma história marcada por práticas segregacionistas, enraizadas em crenças e preconceitos que negaram o direito à educação a tantos. Contudo, também iluminou os passos dados rumo à transformação, onde legislações e movimentos sociais ergueram pontes sobre essas lacunas, conduzindo-nos a escolas mais democráticas e acolhedoras.

Ao explorar os fundamentos históricos da exclusão, percebe-se que sua perpetuação não se deu ao acaso, mas foi sustentada por estruturas sociais que normalizavam a marginalização. Esses alicerces de exclusão foram desafiados por instrumentos legais como a Declaração de Salamanca (BRASIL, 2003) e a LDBEN (1996), que romperam com a lógica da segregação ao reconhecer o direito universal à educação. Assim, a inclusão começou a emergir como um compromisso ético, não apenas legal, capaz de transformar o cenário educacional.

As estratégias para consolidar escolas como espaços de justiça social e diversidade revelaram a centralidade da gestão democrática e da formação continuada de educadores. Como sugere Freire (1999), a inclusão vai além de uma mera adaptação curricular: ela é um ato de coragem, que demanda mudanças culturais e estruturais profundas. Nesse contexto, valorizar a

singularidade de cada aluno e fomentar o senso de pertencimento são passos essenciais para que a escola transcenda seu papel de transmissora de conhecimento, tornando-se um lugar de acolhimento genuíno.

Os resultados desta análise também evidenciaram que práticas colaborativas e tecnologias assistivas são mais do que instrumentos; são portais que conectam alunos às infinitas possibilidades do aprendizado. Ainscow (2009) destaca que essas estratégias ampliam o horizonte educacional, criando um ambiente onde todos têm a chance de florescer. Porém, para que essas ferramentas cumpram sua promessa, é indispensável investir na capacitação de professores e na acessibilidade física e pedagógica das instituições.

A inclusão, contudo, não é um processo livre de desafios. As barreiras culturais e os estigmas persistem, enraizados nas relações sociais e no imaginário coletivo. Berger e Luckmann (1973) sublinham que o preconceito não se limita às estruturas institucionais; ele se infiltra nas interações cotidianas, perpetuando exclusões subtis, mas devastadoras. Para enfrentar esse panorama, é necessário lançar luz sobre essas narrativas e promover uma conscientização coletiva que rompa com as correntes da exclusão.

Ainda assim, as famílias e comunidades aparecem como pilares indispensáveis nesse processo. Conforme Jiménez (1997), a parceria entre escola e redes de apoio fortalece as práticas inclusivas, criando um ambiente mais acolhedor e humanizado para os alunos. Quando combinadas com a gestão democrática, essas alianças se tornam potentes ferramentas de transformação cultural e pedagógica.

Mais do que estratégias, a promoção de uma cultura de pertencimento foi reconhecida como o alicerce da verdadeira inclusão. Glat (2004) ressalta que as escolas devem não apenas aceitar, mas celebrar a singularidade de cada aluno, criando um espaço onde o aprendizado coletivo incentive a empatia e o respeito mútuo. Esse ambiente só pode ser construído por meio de um compromisso contínuo com mudanças nas relações interpessoais e nas práticas pedagógicas.

A travessia da exclusão à inclusão não é um percurso linear ou finito; é um processo que exige dedicação constante e colaboração entre todos os atores envolvidos. Embora muito tenha sido conquistado, há ainda um longo

caminho a percorrer até que todas as escolas se tornem verdadeiros faróis de justiça social e diversidade.

Portanto, como pontua Freire (1996), educar para a inclusão é um ato político e libertador, uma afirmação de que todas as vozes merecem ser ouvidas, e que todos os corpos têm lugar nesse mundo. É, acima de tudo, uma promessa de que a educação pode e deve ser a base de uma sociedade mais igualitária e digna, onde a diferença é celebrada como fonte de riqueza, e não de exclusão.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. **Tornar a educação inclusiva**: como essa tarefa deve ser conceituada? IN: FÁVERO, Osmar et al. (org) Tornar a educação Inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973.  
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, R. **Políticas de inclusão e diversidade**: Avanços e recuos. In J. Najjar, & M. C. Vasconcelos (Orgs.), A LDB e as políticas educacionais: Perspectivas, possibilidades e desafios, 20 anos depois. Curitiba: Appris. 2018. p. 187-197.

JIMÉNEZ,, R. B. **Necessidades educacionais especiais**. Lisboa: Dinalivro, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed., 2. reimpr. São Paulo: Cortez, 2011. p. 231.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer. São Paulo: Moderna , 2003.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 6. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2019. p.158.

NIRJE, B. **Integrational Know-how**: Swedish programs in social training. Paper presented at the Symposium on The Adolescent Retardate, First Congress of the International Association for the Scientific Study of Mental Deficiency, Montpellier, France, 12-20 September 1967. Published by the Israel Association for Rehabilitation of the Mentally Handicapped (AKIM). p.5-8.

NUSSBAUM, Martha C.; tradução de Susana de Castro, revisão da tradução Malu Rangel. **Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie.** São Paulo, WMF Martins Fontes, 2013. p. 522.

RODRIGUES, D. **Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva.** 6. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.